

CPEA – Cooperativa Portuguesa de Ensino em Angola

Programa Eleitoral – Escola Portuguesa de Luanda

Quadriénio 2017-2021

Lista A

*O Passado não pode ser mudado...*

*O Futuro está nas nossas mãos!*



Lealdade

Transparência

Ética

Rigor

Responsabilidade

Sucesso

Liderança

Estabilidade

Confiança

# PROGRAMA ELEITORAL PARA O QUADRIÉNIO 2017-2021

## LISTA A

### INTRODUÇÃO

Durante o mandato cessante, a CPEA, Cooperativa Portuguesa de Ensino em Angola, foi confrontada com dois procedimentos legislativos criados pelo Ministério da Educação Português, um para o ajuste direto do contrato de gestão e outro para a abertura de concurso público internacional para a gestão da Escola Portuguesa de Luanda.

O ajuste direto e consequente assinatura de um contrato de gestão precário acabou por não acontecer porque a CPEA não cumpria, em Portugal, com os requisitos legais para a assinatura do contrato e muito menos para, no concurso internacional, apresentar candidatura à gestão da Escola Portuguesa de Luanda-Centro de Ensino e Língua Portuguesa, escola do ensino público Português, construída em Angola ao abrigo de acordo entre os dois Estados.

A possível saída da CPEA da gestão da escola de Luanda iria criar outro problema à escola do Lubango, cuja certificação nunca tinha sido solicitada à Direção de Serviços de Ensino e das Escolas Portuguesas no Estrangeiro (DSEEPE), funcionando como um polo da escola de Luanda.

Após o registo comercial da CPEA em Portugal, a adequação dos estatutos ao novo Código Cooperativo, o registo na CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, o registo na DGAEP-Direção Geral da Administração do Emprego Público, assim como a solicitação à DSEEPE do reconhecimento do ensino e de certificação das aprendizagens para a Escola Portuguesa do Lubango ao abrigo do prescrito no Decreto-lei 30/2009 de 3 de fevereiro, podemos, com prudência, afirmar que após a realização deste pleito eleitoral e consequente registo em cartório da lista vencedora, a Cooperativa Portuguesa de Ensino em Angola estará munida das ferramentas necessárias para enfrentar e vencer qualquer concurso internacional para a continuidade da gestão, sem fins lucrativos, da Escola Portuguesa de Luanda.

É coerente a nossa recandidatura aos Órgãos Sociais da CPEA para o quadriénio 2017/2021, com uma lista sustentada em pilares sólidos de autonomia para as Escolas de Luanda e do Lubango, pois as atuais negociações com a Direção Geral da Administração Escolar, DGAE, para voltarmos ao processo de assinatura de um contrato por ajuste direto, e a necessidade de ajustar a CPEA à evolução legislativa em Angola obrigam-nos a usar os nossos conhecimentos para enfrentar estes novos desafios que pretendemos vencer.

Apresentaremos dois programas distintos para as Escolas de Luanda e do Lubango, pois entendemos que os cooperadores pretendem propostas concretas para cada caso.

## 1. INVESTIMENTOS

Os Estatutos passaram a estabelecer quatro anos para os mandatos, período para o qual esta candidatura vem propor os seguintes investimentos:

- **CONSTRUÇÃO DO REFEITÓRIO**

O atual refeitório funciona no snack-bar de apoio ao auditório e não se lhe reconhece capacidade para atender à demanda de alunos, funcionários e corpo docente.

A visita da Sra. Arquiteta da DGAE, efetuada à escola em abril de 2017, permitiu encontrar uma solução a implementar a curto prazo, sendo que o projeto que considere a regulamentação obrigatória poderá ser fornecido pelo Ministério da Educação ou contratado pela CPEA. É objetivo desta candidatura dar início aos trabalhos após a discussão dos termos de referência para o concurso e financiamento, a ter lugar em Assembleia Geral de Cooperadores.

Está a ser ponderada a renovação do mobiliário do Bar/Cantina, enquanto o novo refeitório não é construído.

- **CONSTRUÇÃO DE PISCINA DE 25 METROS E TANQUE DE APRENDIZAGEM**

Na recente visita, a DGAE apoiou a construção de uma piscina de 25mX20m e respetivo tanque de aprendizagem para que os alunos, desde os quatro anos de idade, possam ter acesso, nas aulas de Educação Física, à aprendizagem da natação.

A nossa candidatura tem *know How* para finalizar este projeto, com sucesso, dentro do mandato. Pretendemos construir uma piscina de 25 metros por 20 de largura, divididos em 8 pistas e um tanque de aprendizagem, no topo da piscina maior, com 6 metros por 20 de largura. Para evitar a sucção excessiva no interior, será contruída com sistema de “caleiras finlandesas” e tanque de compensação.

A piscina será construída dentro da boa prática regulamentar de segurança numa instalação escolar, devidamente vedada e encerrada, abrindo apenas para os professores darem as respetivas aulas.

Os termos de referência serão também discutidos e aprovados em Assembleia Geral extraordinária, convocada para o efeito.

- **MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E DE ACESSO ÀS INSTALAÇÕES**

O controlo de acessos à instalação escolar é uma preocupação da comunidade, pelo que a nossa candidatura pretende isolar a curto prazo o espaço escolar com sistema de abertura com cartão de acesso. Dentro do mesmo projeto, pretendemos instalar cancelas automáticas, com abertura por cartão de proximidade, no portão de acesso de viaturas ao parque de estacionamento.

- **AUMENTO DO NÚMERO DE CÂMARAS E CAPACIDADE DE VIGILÂNCIA**

Embora a escola esteja municiada de um sistema de videovigilância, a nossa experiência indica-nos que deveremos aumentar o número de câmaras a colocar estrategicamente, para que possamos monitorizar a totalidade do espaço escolar.

- **AUMENTO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO**

Por muito que se pretenda controlar o acesso ao parque de estacionamento interno, verificamos que a exiguidade do espaço será sempre um problema para o estacionamento das viaturas do corpo docente nas horas de ponta.

A solução passará por encontrar novo local, no interior da escola, para a circulação dos autocarros do transporte escolar, libertando o espaço que ocupam atualmente para estacionamento.

- **CONSTRUÇÃO DE ALPENDRE NAS SALAS DO 1º CICLO**

As novas salas do 1º ciclo, construídas no tardo do edifício administrativo, necessitam com urgência da construção de um alpendre para que, em dias de chuva, os alunos possam sair da sala durante o recreio. Esta obra já está orçamentada para início no período de férias.

- **MODERNIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC's)**

Pretendemos, nesta matéria, realizar o seguinte: modernizar o *software* dos computadores em uso na sala de informática e, nos casos em que a máquina já não suporte as novas versões do Windows ou Office, será efetuado investimento em novas unidades; fazer a atualização das aplicações de administração e gestão, SAP; atualizar os servidores do sistema de *backups* de segurança e da proteção física e lógica do *hardware* e *software*, respetivamente; aumentar a largura de banda da Internet e as condições de acesso, para melhorar o desempenho da área administrativa e académica; interligar em rede privativa as escolas de Luanda e do Lubango para melhorar a gestão académica, administrativa e financeira, integrada, de ambas escolas; estabelecer parceria com uma empresa líder mundial da indústria informática para modernizar e adotar novas ferramentas de *software* de trabalho colaborativo, específicas para o meio escolar para despertar e incentivar os alunos para o seu conhecimento, não apenas na ótica de utilização mas também para assimilação de conhecimentos que fortaleçam a sua preparação tecnológica para futura vida académica e profissional.

- **MANUTENÇÃO DO CAMPO DE RELVA SINTÉTICA**

A construção do campo relvado já tem alguns anos e está na altura da substituição das areias e respetiva manutenção à relva sintética.

- Estão ainda equacionadas, no que se refere à **manutenção das instalações e equipamentos**, a implementação das seguintes melhorias:

- Reparação dos equipamentos sanitários danificados ou envelhecidos pelo uso;
- Melhoria dos balneários de Educação Física, de modo a torná-los efetivamente utilizáveis por alunos e professores (maior privacidade das cabines de duche e instalação de água quente);
- Manutenção das coberturas dos “jangos”, danificados pelo tempo e pela exposição aos elementos naturais;
- Reparação das portas e fechaduras das salas de aula;
- Instalação de estores nas salas de aula, de modo a diminuir o reflexo da luz exterior e a permitir a utilização, em melhores condições, dos projetores de vídeo e outros materiais audiovisuais;
- Melhoria da página *web* da escola;
- Melhoria dos arquivos e arrecadação de materiais e documentos;
- Melhoria dos serviços do Gabinete Multimédia;

- Melhoria e dinamização dos serviços da Biblioteca Escolar/Centro de Recursos, através da contratação de um professor bibliotecário ou pessoa com formação específica nesse domínio;
- Revisão e reparação dos equipamentos de som do auditório;
- Revisão dos serviços e equipamentos do Gabinete de Primeiros Socorros.

## **2. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

A nossa experiência, demonstrada no orçamento para 2017, diz-nos que 88,43% das receitas obtidas são utilizadas no pagamento de remunerações aos trabalhadores e corpo docente da EPL. Para este mandato, pretendemos continuar a manter os valores de salário base do corpo docente contratado pela CPEA, de acordo com a tabela para o ensino particular e cooperativo do BTE (Boletim de Trabalho e Emprego), e para os professores requisitados ao Ministério da Educação, de acordo com a tabela para a Administração Pública e Serviços. Os salários e subsídios serão ajustados trimestralmente, em função dos indicadores económicos angolanos dos bancos comerciais.

Importa, durante este mandato, continuar a reduzir os custos de exploração para, em conjunto com outras medidas a encontrar nos orçamentos, continuar a valorizar anualmente o subsídio que complementa o salário dos docentes.

Para colocar termo à dupla tributação que se verifica nos salários do corpo docente, está em curso no Gabinete Jurídico do Ministério da Educação Português e na Procuradoria-Geral da República, o processo de isenção da retenção do IRS aos professores com descontos em Portugal.

É nossa meta dar continuidade às boas práticas de submeter à Assembleia de Cooperadores o orçamento antes do final do ano e o relatório e contas do exercício antes de 31 de março de cada ano fiscal e ordenar auditorias externas.

## **3. CONTRATO DE GESTÃO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PORTUGUÊS**

Atendendo ao processo em curso para a isenção de IRS e continuidade da regularização da gestão da escola junto das autoridades angolanas, passou a ser obrigatória a assinatura de contrato de gestão com o Ministério da Educação Português. As negociações estão bastante avançadas e pretendemos concluí-las neste mandato.

## **4. GESTÃO PEDAGÓGICA**

A CPEA, enquanto entidade gestora da EPL-Escola Portuguesa de Luanda-CELP, tem um amplo projeto de desenvolvimento pedagógico da Escola, baseado no conhecimento da sua realidade e na prossecução dos objetivos e princípios traçados no Decreto-Lei nº. 186/2006, de 6 de setembro, diploma que cria a EPL-CELP.

O projeto desta candidatura passa por uma intervenção a vários níveis, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino e a otimização dos recursos existentes. Em matéria pedagógica e serviços afins, foram equacionadas as seguintes prioridades:

### **❖ Área Alunos**

- Controlo da admissão de alunos, de forma a manter o número de alunos em dimensão compatível com as capacidades das instalações e dos meios materiais e humanos existentes, no respeito pelas prioridades estabelecidas no Regulamento Interno e na legislação aplicável;

- Melhoria do controlo de entradas e saídas de alunos e outros intervenientes no processo educativo, por meio dos equipamentos eletrónicos a instalar;
- Melhoria da comunicação com os encarregados de educação através da página *web* e outros meios eletrónicos, mais rápidos e eficazes (registo eletrónico dos sumários e faltas dos alunos);
- Implementação, no Centro de Recursos, de uma sala de estudo com acompanhamento de professores;
- Reforço da disciplina e cumprimento das normas constantes do Regulamento Interno;
- Continuidade e reforço do apoio às organizações estudantis, nomeadamente, a Associação de Estudantes e a Comissão de Finalistas;
- Continuidade e reforço da análise dos resultados escolares e tomada de medidas de promoção do sucesso educativo;
- Continuidade e reforço dos serviços de psicologia e orientação: apoio psicológico a alunos, professores e encarregados de educação; orientação profissional; acompanhamento no processo de avaliação dos alunos com necessidades educativas especiais em parceria com a equipa de educação especial;
- Promoção do desporto escolar;
- Diversificação da oferta de atividades extracurriculares como, por exemplo, o convite de especialistas diversos para apresentação de palestras, seminários e *wokshops* de interesse para a formação dos alunos e/ou professores; a participação dos alunos em eventos de âmbito internacional; projeto de incentivo ao empreendedorismo e outros;
- Aproximação do currículo à realidade e cultura angolanas, incluindo na oferta de escola, uma disciplina de História e Geografia de Angola.

#### ❖ **Corpo Docente**

- Definição de um Plano de Formação a médio e longo prazo, tendo em vista a capacitação e atualização técnica e pedagógica dos docentes (integrando, se necessário, formação básica em *word*, *Excel*, *Power Point* e técnicas de comunicação);
- Melhoria, tanto quanto possível, do processo e seleção e contratação de professores, tendo em vista o recrutamento de profissionais qualificados e competentes;
- Implementação de um sistema de avaliação do desempenho docente, há muito recomendado pela tutela (DSEPE), tendo em vista a melhoria do desempenho docente e a promoção da qualidade do ensino;
- Reforço dos procedimentos de registo, controlo e justificação de faltas dos docentes;
- Reforço da aplicação das normas tendentes à diminuição do absentismo;
- Valorização dos docentes pertencentes ao quadro da Escola;
- Ajustamento trimestral dos subsídios e salários, em função dos indicadores económicos angolanos dos bancos comerciais. A CPEA propõe-se, através da rentabilização dos espaços e dos meios humanos existentes, providenciar a diversificação de fontes de receita complementares, tendo em vista uma melhor remuneração do corpo docente (cursos de Português para Estrangeiros, Inglês Técnico, Informática, Oficinas de Pintura, Escola de Futebol, entre outros).
- A CPEA irá continuar a fazer recurso a todos os meios institucionais de que dispõe para auxiliar as transferências de salários dos professores para Portugal e a manter o pagamento, em Portugal, das contribuições para a Segurança Social, ADSE e Caixa Geral de Aposentações.

#### ❖ **Funcionários**

- Levantamento das necessidades e definição de um Plano de Formação adequado à capacitação profissional dos funcionários e à melhoria dos serviços;
- Revisão dos circuitos de comunicação e articulação interna entre os serviços;
- Melhoria dos serviços de higiene e limpeza da escola, da vigilância e da manutenção e assistência aos equipamentos.

#### ❖ **Relação com a comunidade**

- Promoção de uma relação de proximidade com os pais e encarregados de educação através da continuidade das reuniões periódicas, do atendimento pelos diretores de turma, da participação nos conselhos de turma e nos eventos ou atividades promovidas pela escola;
- Apoio às iniciativas e atividades desenvolvidas pela Associação de Pais (APAEPL);
- Acreditação e abertura do Centro de Formação da EPL à comunidade, tendo em vista a difusão da cultura e da língua portuguesa;
- Promoção de uma relação de cooperação e intercâmbio com as instituições de ensino e as autoridades locais;
- Reforço dos laços e da cooperação pedagógica com a Escola Portuguesa do Lubango;
- Promoção do intercâmbio e estabelecimento de parcerias com outras escolas locais, nacionais e estrangeiras.

### **CONCLUSÃO**

Nos termos do artigo 119 do Código Cooperativo e da Certidão Permanente, os atuais Órgãos Sociais estão dentro de um mandato de 4 anos com o seu término em maio de 2019. No entanto, a necessidade de conclusão do processo de legalização da CPEA tornam obrigatória a convocação de eleições para, de uma forma democrática, adequar os Órgãos Sociais aos novos estatutos.

Temos consciência que estamos a apresentar um programa ambicioso, mas prudente, para a Escola Portuguesa de Luanda, e que, em função da experiência e do conhecimento profundo da gestão da cooperativa e do profissionalismo do grupo de trabalho que está a apresentar candidatura, facilmente torná-lo-á coerente e exequível para a melhoria das condições de Docentes e Alunos da Escola Portuguesa de Luanda – Centro de Ensino e Língua Portuguesa.